

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Grazielle de Fátima Pinto Rodrigues^{1,2}

¹ Departamento de Farmácia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco. Avenida Laerton Paulinelli 153, CEP 35595-000, Monsenhor Parreiras, Luz, Minas Gerais, Brasil.

² Autor correspondente. E-mail: graziellerodrigue@hotmail.com

RESUMO

Este artigo visa demonstrar um pouco sobre a formação de Professores para Educação Especial, desde a Revolução Industrial – palco do início da estruturação de ensino para pessoas especiais devido ao aumento da necessidade época até os dias atuais, suas diretrizes e como vem crescendo este movimento no Brasil de implantação de um sistema de ensino e como isso interfere na prática profissional do Educador Especial. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica baseada em literatura especializada através da consulta de artigos científicos e livros, realizados no período de Dezembro de 2016 a março de 2017. As bases de dados utilizadas foram o Scielo, Lilacs, dados disponibilizados pelo Ministério da Educação e Diretrizes oficiais.

Palavras-chave: educação especial, professor, ensino.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate a little about the formation of Teachers for Special Education, from the Industrial Revolution - stage of the beginning of the structuring of teaching to special people due to the increase of the need to the present day, its guidelines and how this movement has grown in the Brazil to implement a teaching system and how this interferes in the professional practice of the Special Educator. It is a bibliographic review study based on specialized literature through the consultation of scientific articles and books, carried out from December 2016 to March 2017. The databases used were Scielo, Lilacs, data provided by the Ministry of Education and Official Guidelines.

Keywords: special education, teacher, teaching.

INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, as pessoas com deficiência eram retiradas do convívio social porque, de acordo com a sociedade, elas não contribuía com o crescimento e desenvolvimento da comunidade. Foi assim durante muitos anos até chegar na Revolução Industrial, que com o aumento da demanda de produção, foi necessário a utilização de todos os grupos sociais, e para isso iniciou-se a implantação do sistema de ensino para pessoas com deficiência.

No decorrer dos tempos, o processo educacional especial passou por diversas mudanças como definições, propostas pedagógicas, utilização de novos espaços como as salas recurso, tudo isso para melhorar o sistema de ensino especial. E para atender tais mudanças, os professores também precisaram se adequar para atender esse grupo de alunos utilizando a formação inicial, através da inclusão de disciplinas específicas do assunto na graduação e também, na formação continuada, com cursos, especializações e afins.

Desta forma, considerando a importância do tema, este artigo refere-se a formação do profissional no ensino especial, como ele é importante na educação e como sempre deve estar em constante construção de conhecimento para um melhor atendimento de seu alunado.

DESENVOLVIMENTO

Na época do Brasil Colonial, as pessoas com deficiência eram tiradas do convívio social, pois a própria família se sentia constrangida por haver um ente que não era tido como normal pela sociedade. E quando estes causavam algum tipo de agitação pública, eram levados a Santa Casa ou prisões. Não há muitos registros disponíveis sobre como era o tratamento de pessoas com deficiência nos tempos mais antigos, pois este é um grupo de pessoas que eram excluídas do meio sociocultural (BELTRAMI; MOURA, 2015).

De acordo com Pacheco & Alves (2007), através da Revolução Industrial e o modo de produção capitalista, a pessoa com deficiência começou a ganhar espaço na sociedade, pois houve uma necessidade do aumento da mão de obra para a produção, e com isso, foi necessária uma nova estruturação de ensino e escolarização para este grupo de pessoas, que começava a ser vista como potenciais executores de tarefas industriais (PACHECO; ALVES, 2017).

No Brasil, a preocupação com a inclusão dos deficientes no sistema de ensino, só começou em meados do Século XIX, devido à influência Europeia e Norte Americana. Mas somente no Século XX, no final da década de 50 que houve a inclusão da educação para deficientes na política educacional brasileira. A própria sociedade civil começou a criar organizações direcionadas a assistência de educação e saúde para os deficientes, como por exemplo a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) fundada em 1954 e alguns centros de reabilitação física devido o surto de poliomielite na mesma década. Também foi criado em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). De forma geral, estas instituições eram desconectadas da vida escolar como um todo, com práticas e apoios

pedagógicos especiais e assim, foi identificando que o ensino especial consistia em apenas na infantilização e lentidão das propostas de ensino. A partir daí, alguns espaços foram substituídos por salas recurso, denominada assim, por diminuir a segregação dos alunos especiais (BELTRAMI; MOURA, 2015; KASSAR; REBELO, 2011; PACHECO; ALVES, 2017).

Freitas & Marques (2007) afirmam que as políticas sociais voltadas às necessidades das pessoas com deficiência foram caracterizadas por duas perspectivas da deficiência: uma é a visão da integração social, estabelecida pela visão médica da deficiência e onde originou-se as práticas sociais, que trabalham visando a melhoria da qualidade de vida social e a outra é a inclusão social, entendida como processo bilateral, onde a sociedade se adequa às necessidades das pessoas com deficiência, que procuram se desenvolver na sociedade (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007).

Com a assinatura da Declaração de Salamanca em 1994, o Brasil passou por um período de reavaliação em relação ao atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais e uma das maiores questões a respeito da formação de professores, pois para alguns educadores, não haveria necessidade de se formar professores especializados para o ensino especial, pois com a inclusão, passaria a ser tarefa de todos os professores. A principal ideia da Declaração de Salamanca é a inclusão, uma ideia de educação para todos, sendo o início da criação de comunidades solidárias, buscando uma sociedade que seja capaz de incluir. Dentro deste novo conceito, a escola tem papel fundamental para desenvolver o que antes era visto como diferença, começar a ser visto como oportunidade de desenvolvimento social e intelectual (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), foi homologada pela portaria nº 2344 no dia 03 de novembro de 2010 a adoção da expressão “pessoa com deficiência” para esse grupo social. Esses novos conceitos e paradigmas passaram por reestruturações nos últimos anos, trazendo uma nova visão sobre a deficiência. Muitas pessoas pertencentes a este grupo, conseguiram exercer seus direitos de autonomia e assim, garantiram seu espaço na sociedade, rompendo barreiras e preconceitos, deixando de ser vítimas de sua incapacidade e passando a ser exemplos de superação (BELTRAMI; MOURA, 2015).

A Resolução nº 2, de 11 de Setembro de 2001, no art.3 define a Educação Especial como um método educacional que segue uma proposta pedagógica que proporciona recursos e serviços educacionais especiais, sistematizado dentro da organização para apoiar,

suplementar, complementar e, para alguns acontecimentos, substituir os serviços educacionais comuns, assegurando a educação escolar e oferecer o desenvolvimento das potencialidades do alunado que apresentam carência educacional especial, isso engloba todas as etapas e modalidades da educação básica. Esta mesma resolução, determina que o atendimento escolar iniciará na Educação Infantil e que cabem às escolas se adequarem para receber e atender os educandos certificando-se de que receberão uma educação de qualidade. E também, a consideração de que educandos com necessidades educacionais especiais são os que apresentarem as dificuldades elencadas como: intensa dificuldade de aprendizagem ou limitações que dificultam a execução de atividades curriculares, que são divididas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; dificuldades de comunicação e sinalização distintas dos demais alunos, necessitando da utilização de linguagens e códigos aplicáveis; altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes(BRASIL, 2001).

Visto a necessidade de aperfeiçoamento dos docentes para execução de serviços educacionais especiais, a Portaria n.º 1793, de Dezembro de 1994, recomendou uma complementação nos currículos de formação de docentes, incluindo a disciplina “Aspectos ético-políticoeducacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, e também, aconselhou a manutenção e ampliação dos estudos como cursos e especializações, afim de melhorar a qualidade do Ensino Especial. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, diz que os sistemas de ensino deverão assegurar que os professores tenham especialização adequada a nível médio ou superior para trabalhar no ensino especial, assim como os professores do ensino regular, devem possuir capacitação para integrarem o alunado especial nas classes comuns (BRASIL, 1994, 1996).

Siems (2009), retrata a docência como uma atividade laboral que não é apenas constituída por de matéria, mas também, de relações humanas com participações ativas e de iniciativas. A identidade do professor é resultado de interações sociais, expressões sociopsicológicas, que em sintonia com a diversidade, formam a aprendizagem cognitiva nas ações do ser humano, ou seja, a capacidade de resolver problemas do cotidiano e sua supervalorização do conhecimento construído de acordo com essa experiência(SIEMS, 2009; THIOLENT; COLETTE, 2014).

Dentro do serviço educacional diversificado, o professor especializado em educação especial tem um papel importante, pois ele é a ligação entre a aprendizagem e o aluno. Na

classe comum, encontra-se o professor intérprete de linguagens e códigos aplicáveis; na sala recurso, o professor realiza a complementação e/ou suplementação curricular, com a utilização de materiais e equipamentos específicos (BRASIL, 2001).

Mesmo com a inclusão de disciplinas específicas na formação do docente, como já foi supracitado, o profissional pode não conseguir obter uma perspectiva em relação à educação especial, sendo de extrema importância o uso da educação continuada, como foi recomendada na mesma portaria. Essa formação continuada ganhou espaço a partir de 2003 com o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, cujo o objetivo é difundir a política da educação inclusiva no país, formando gestores e educadores capacitados. Em consequência deste desenvolvimento, surgiu outros cursos como o Aperfeiçoamento de Professores do Atendimento Educacional Especializado, em 2007 e o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, todos vinculados ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)(GARCIA, 2013).

Com a aprovação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) em 2009, a formação docente ganhou um novo olhar, direcionado para atender à legislação de formação mínima para todos os professores. Esse plano, vincula as instituições públicas de ensino superior e as secretarias estaduais e municipais de educação, visando realizar as ações do PDE (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Mesmo que a inclusão de disciplinas e desenvolvimento de cursos específicos, que são importantes para a formação do docente, ainda não foi possível recuperar o déficit formativo dos professores. E a ausência de medidas quanto a isso estão em discordância entre a formação inicial de docentes e os objetivos de ordem prática provocadas pela inclusão escolar (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Contudo, a educação dos deficientes que no início favorecia o estabelecimento e desenvolvimento de novas práticas pedagógicas no sentido de expor o potencial da pessoa com deficiência, seu mal uso, por inadequação ou incapacidade do educando, passou a segregar mais do que incluir a pessoa com deficiência na sociedade(PACHECO; ALVES, 2017).

O número de alunos com necessidades educacionais especiais está aumentando na rede regular de ensino, sendo um bom indicador, mas também sabe-se que ainda há uma deficiência de espaços, materiais, formação de professores e informações para disponibilizar para esse grupo, visando uma experiência de aprendizado positiva (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013)

O processo da Educação Inclusiva, abrange todos que compõe a escola: alunos, professores, pais, funcionários e comunidade, para juntos, chegar a uma educação de qualidade. Nesse processo, antes de tudo, os professores devem estar empenhados a buscar uma prática educativa-orientativa para lidar com os alunos especiais. Para isso, é necessária a busca pela formação técnica. A reconversão dos professores passa ser uma metodologia aplicada pela política de educação, através de treinamentos, aperfeiçoamentos, reciclagens de modo continuado, melhorando o exercício da profissão (GARCIA, 2013; SANTOS, 2002).

Faz parte das competências profissionais do educador especial ser capaz de identificar necessidades educacionais especiais, avaliar seus conhecimentos e formas de aprendizagem além de conhecer as práticas pedagógicas para o ensino especial (PAGNEZ; PRIETO; SOFIATO, 2015).

Em 2006, o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou para os docentes A coleção *Educação infantil: saberes e práticas da inclusão*, utilizada durante muito tempo sendo uma importante base na prática da educação especial, mesmo não sendo um programa de formação específico. Buscando na história, iniciando na década de 70 até 2006, na publicação das Diretrizes da Pedagogia/06, a formação inicial de professores ocorre basicamente de duas formas: na maioria das vezes, por meio de habilitações e cursos específicos de educação especial. Estudos possibilitam compreender uma formação da modalidade educação especial direcionada em práticas não discutidas teoricamente, apenas orientações sobre solução de problemas na aplicação de atividades com alunos que frequentam o atendimento educacional especializado (GARCIA, 2013; PAGNEZ; PRIETO; SOFIATO, 2015).

A propagação da Educação Especial, com cursos de especialização, tem o objetivo de trazer a formação continuada de professores ou à formação inicial também. Recentemente, na história da educação especial, houve mudanças consideráveis sobre a formação de professores, que remete-se ao domínio de conhecimentos para atender os alunos especiais, tendo a responsabilidade de ter a capacidade de desenvolver habilidades diversas, como formação geral, e também, conhecimentos específicos como gestão de inclusão, especialização em categorias como por exemplo deficiência visual, física, etc. (GARCIA, 2013; PAGNEZ; PRIETO; SOFIATO, 2015).

Em relação a organização do trabalho docente, há a separação da modalidade do Ensino Regular e o Ensino Especial. Assim, não só os alunos são segregados dentro dessas modalidade, mas também, os professores que atuam nessa área. Com essa segmentação, muitas vezes, o professor atribui-se como educador especial e em outros momentos, esse

posto é rejeitado, com a ideia de que há de se chegar um ponto em que este profissional será reconhecido como profissional de referência na educação de pessoas especiais para estarem realmente inclusos na organização básica de educação. Outro ponto importante no exercício da profissão é realização obtida pela efetivação de seu trabalho, fazendo com que este profissional permaneça na área, transpondo a barreira do retorno financeiro ou a visão de inferioridade atribuído pelo professor brasileiro(SIEMS, 2009).

De acordo com um estudo, 67% dos professores regentes de classes de ensino regular declaram acreditar ao êxito da inclusão escolar, 16% disseram não acreditar e 17% preferiram não se expressar. Outro ponto a se considerar é o fato de que há professores que sentem dificuldade em lidar com alunos com deficiência em uma sala de ensino comum, demonstrando a real necessidade de uma formação de professores aptos (TEIXEIRA; FERNANDES; BERNARDES, 2016).

Assim, mesmo ainda havendo nos dias atuais entidades segregativas e assistencialistas, sabe-se que o reconhecimento da pessoa com deficiência como um indivíduo com méritos próprios e potencialidades, que pode ser reabilitado, é hoje irreversível em nossa sociedade. O desenvolvimento de classes especiais foi uma conquista importante para a educação de pessoas especiais, pois facilitava a escolarização desse grupo social nas escolas comuns. As críticas existentes em relação as classes especiais referem-se não porque há um recurso inadequado em si, mas porque foi um recurso não utilizado adequadamente através de encaminhamentos inadequados e despreparo dos profissionais (PACHECO; ALVES, 2017).

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas houve um crescimento e fortalecimento considerável na melhoria da formação dos professores, principalmente, em relação à educação especial. Tal demanda, se refere às diretrizes nacionais e internacionais que promulga o direito de que a educação é para todos e asseguram a implantação de um atendimento especializado dentro de um sistema de ensino único, onde há a inclusão da educação especial no sistema de ensino regular na escola pública, tornando-se uma metodologia para proposição e organização de políticas direcionadas aos alunos especiais.

Com isso houve o desenvolvimento de diretrizes, resoluções e portarias no ensino brasileiro, afim de determinar uma proposta pedagógica que atendesse todo o alunado e

também, definir como o educador deve proceder para ter o objetivo de aprendizado dentro das possibilidades de cada educando.

Para isso, o professor de educação especial precisa aperfeiçoar suas habilidades educacionais através da formação inicial, já incluso disciplinas específicas de tal área durante a graduação e também, a educação continuada, que consiste em cursos, especializações, reciclagens, etc..

Portanto, a formação do professor para Educação Especial é extremamente importante, pois ele é o elo entre o aprendizado e o aluno e se ele não tiver a habilidade de transferir as informações necessárias, o aluno perde, pois a escola é o berço sociocultural do indivíduo, é nesse espaço que se desenvolve a capacidade de resolver problemas do cotidiano, a construir o conhecimento através de experiências vividas e é preciso que todo o alunado consiga tal feito.

REFERÊNCIAS

BELTRAMI, C. M.; MOURA, M. C. A Educação do Surdo no processo de inclusão no Brasil nos últimos 50 anos (1961-2011). **REB**, v. 8, n. 1, p. 146–161, 2015.

BRASIL. Portaria nº 1793, de Dezembro de 1994. **Ministério de Estado da Educação e do Desporto**, p. 1–1, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 3**. [s.l: s.n.]. v. 6

BRASIL. Resolução Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. **Conselho Nacional de Educação**, p. 1–6, 2001.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. A Diversidade através da História: a Inserção no Trabalho de Pessoas com Deficiência. **O&S**, v. 14, n. 41, p. 59–78, 2007.

GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 101–119, 2013.

GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A. Formação de Professores para a Educação Especial: Uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 19, n.

3, p. 307–324, 2013.

KASSAR, M. DE C. M.; REBELO, A. S. O “Especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. **VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática Pedagógica na Educação Especial: Multiplicidade do atendimento educacional especializado**, p. 1–17, 2011.

PACHECO, K. M. DE B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiátrica**, v. 14, n. 4, p. 242–248, 2017.

PAGNEZ, K. M.; PRIETO, R. G.; SOFIATO, C. G. Formação de Professores e Educação Especial: Reflexões e Possibilidades. **Olh@ares**, v. 3, n. 1, p. 32–57, 2015.

SANTOS, J. B. A “Dialética da Exclusão/Inclusão” na história da Educação de “Alunos com Deficiência”. **Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade**, v. 11, n. 17, p. 27–45, 2002.

SIEMS, M. E. R. Educação Especial em Tempos de Educação Inclusiva□: A Identidade Docente em Questão. **Revista Venezolana de Investigación**, v. 9, n. 1 y 2, p. 39–60, 2009.

TEIXEIRA, R. A. G.; FERNANDES, S. M. DE S.; BERNARDES, G. D. A Educação Especial na Rede Pública de Educação em uma Cidade do Centro-Oeste Brasileiro. **Revista Lusófona de Educação**, v. 33, p. 179–195, 2016.

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. **Acta scientiarum. Human an Social Sciences**, v. 36, n. 2, p. 207–216, 2014.